

PARADIGMAS ENREDADOS: VISÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A SOCIEDADE PLANETÁRIA NA ERA DIGITAL

Rosimari Ruy¹

Maria Teresa Miceli Kerbauy²

Francisco Rolfsen Belda³

Resumo

Considerando a importância de se refletir sobre o contexto de paradigmas em choque em que estamos imersos no mundo real e virtual, procuramos delinear, a partir de uma revisão da literatura, um quadro teórico evidenciando alguns aspectos dos emaranhados paradigmáticos que caracterizam a sociedade global contemporânea. Assim, este texto aborda as tensões entre velhos e novos paradigmas, que se enredam na constituição das sociedades em rede da era digital, impactando os modos de ser e de viver em níveis local e planetário. Aponta, ainda, possíveis caminhos para a construção de sociedades economicamente sustentáveis, caracterizadas pela justiça social e o equilíbrio ambiental, viabilizados pelas interconexões digitais e por valores compartilhados, forjados no âmbito da cibercultura.

Palavras-chave: paradigmas, tecnologias, sociedades em rede, ciberespaço, gestão social.

Introdução

São tempos de mudanças, esses em que vivemos. Ora, mas não foi sempre assim, um movimento contínuo de transições e transformações desde que a humanidade desenvolveu a capacidade de se organizar socialmente, ainda que de maneira rudimentar?

De fato. Mas nunca se viram mudanças numa velocidade tão vertiginosa como as que testemunhamos, ou melhor, das quais participamos desde meados do século XX, com uma aceleração sem horizonte de limites à medida que avançamos pela segunda década deste terceiro milênio.

Neste novo universo fluido, de relações líquidas, como diria Bauman (2007), as garantias vão caindo por terra uma a uma e já não há certezas incontestáveis ou alicerces sólidos. Nessa superfície em convulsão, os elementos fundantes de nossa civilização lutam ferrenhamente para se manterem em pé.

¹ Doutoranda em Educação Escolar, discente da FCLAr/UNESP, colaboradora no Grupo Horizonte – UFSCar, e-mail: rosimari.ruy@unesp.br.

² Doutora em Ciências Sociais, docente da FCLAr/UNESP, pesquisadora no CESOP – UNICAMP, e-mail: teresa.kerbauy@unesp.br.

³ Doutor em Engenharia de Produção, docente da FAAC/UNESP, pesquisador no Grupo Lecotec – FAAC/UNESP, e-mail: francisco.belda@unesp.br.

Entre resistências e insurgências, entretanto, o novo surge, toma corpo, se espalha. E, aos poucos, a trama do tecido social se torna outra, transformando papéis e exigindo uma nova direção para a peça improvisada que se desenrola todos os dias no teatro da vida.

Nessa perspectiva, esta revisão da literatura reúne o pensamento de autores contemporâneos que se dedicaram a analisar aspectos importantes da sociedade global hodierna, delineando um quadro teórico que revisita alguns meandros dos emaranhados paradigmáticos que a caracterizam. É uma reflexão pertinente, dada a potência desafiadora de nossa imersão em um contexto de paradigmas em choque e de identidades fluidas, diluídas em redes complexas tecidas nos entremeios do mundo real e do virtual.

O contexto contemporâneo à luz de pensadores do nosso tempo

Ainda que muito se ouça falar sobre os cenários em mutação que caracterizam o mundo da atualidade, correntes de pensamento ligadas a um determinado estado de coisas insistem em sua hegemonia, travestindo-se, na maioria das vezes, em novas roupagens, mas sem declinar de seus princípios fundamentais.

É nesse sentido que, como observa Capra (1997), a maior parte de nossas instituições sociais e organizações ainda concorda com conceitos de uma visão obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidar com um mundo superpovoado e globalizado. É uma visão fragmentária, mecanicista, reducionista e utilitarista, parte de um paradigma de desenvolvimento econômico e tecnológico com vistas ao acúmulo de capital em detrimento dos aspectos sociais e ambientais (MORIN, 2005a).

Segundo Capra (1997) e Morin (2005a), é nesse paradigma que se encontram as bases da(s) crise(s) da nossa época. Sua perspectiva fortemente fragmentária, afinada às abordagens racionalistas e tecnocientíficas do pensamento cartesiano, tende a compartimentar, numa simplificação mutiladora, as causas dos inúmeros problemas que a comunidade global enfrenta em diversas frentes, inviabilizando alternativas complexas de análise que possam efetivamente evidenciar as raízes e possíveis soluções dessas questões.

Entretanto, conforme aponta Capra (1997), os problemas da nossa época não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos.

O pensamento sistêmico caracteriza-se pelo esforço de compreensão dos fenômenos dentro de um todo mais amplo. É um pensamento de conexidade, de relações,

de contexto, em oposição ao pensamento cartesiano, cujo funcionamento depende da crença de que o comportamento do todo pode ser completamente apreendido a partir das propriedades de suas partes. Ou seja, enquanto o pensamento cartesiano é analítico, o pensamento sistêmico é contextual — a relação entre as partes e o todo é invertida (CAPRA, 1997).

A compreensão com base no contexto pressupõe considerar os elementos em seu meio, o que faz do pensamento sistêmico um pensamento ambientalista. Nessa perspectiva, Capra (1997) considera que, do ponto de vista sistêmico, a única solução viável para os problemas do nosso tempo é criar comunidades sustentáveis, ou seja, ambientes sociais e culturais onde nossas necessidades e aspirações possam ser satisfeitas sem diminuir as perspectivas das gerações futuras.

Essa visão faz parte de um novo paradigma em ascensão, um paradigma de *complexidade* que concebe o mundo como um todo integrado, em que os fenômenos e os seres vivos e não vivos, aí incluídos os indivíduos humanos e suas sociedades, coexistem em fundamental interdependência (CAPRA, 1997; MORIN, 2005a).

A complexidade se constitui no tecido dos “acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico (...), com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza” (MORIN, 2005b, p. 13). Segundo Morin, Ciurana e Motta (2003), o pensamento pautado na complexidade governa a lógica de modo a evitar a fragmentação e desarticulação dos saberes adquiridos, rompendo a ditadura do paradigma de simplificação sem rejeitar a análise, a disjunção ou a redução quando elas se fizerem necessárias. Pensar sob a óptica da complexidade, conforme apontam esses autores, “torna-se pertinente quando nos defrontamos (quase sempre) com a necessidade de articular, relacionar, contextualizar” (p. 38).

Um aspecto importante é a diferença das relações de poder entre o paradigma cartesiano e a complexidade. Enquanto valores como competição, expansão e dominação caracterizam as relações de poder que se concretizam nas estruturas sociais hierárquicas do velho paradigma, um outro tipo de poder permeia o novo paradigma, o poder de influência sobre os outros, que só é possível numa sociedade amplamente interconectada. Nessa perspectiva, desencadeia-se uma transição da organização social da hierarquia para uma estrutura mais adequada ao novo paradigma, a organização social em redes (CAPRA, 1997). Segundo Castells (2006, p. 20),

a sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (...) As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de performance para a rede. Estes programas são decididos socialmente fora da rede, mas a partir do momento em que são inscritos na lógica da rede, a rede vai seguir eficientemente essas instruções, acrescentando, apagando e reconfigurando, até que um novo programa substitua ou modifique os códigos que comandam esse sistema operativo. O que a sociedade em rede é atualmente não pode ser decidido fora da observação empírica da organização social e das práticas que dão corpo à lógica da rede.

Essa dinâmica de interações proporcionadas pelas redes digitais interconectadas e suas tecnologias, porém, vêm impactando diretamente o modo como apreendemos a realidade e como se estruturam as organizações sociais. Concepções e práticas, nesse contexto, são continuamente reconstruídas e ressignificadas, num movimento de inter-relação que transforma simultaneamente os diversos atores humanos e não humanos da rede. Os reflexos são sentidos, inclusive, no universo cognoscente, que, pela expansão da percepção da realidade como uma rede de relações, vem sendo, segundo Capra (1997), cada vez mais interpretado e reconfigurado como uma rede interconectada de concepções e modelos.

O conceito de *cibernética* é fundamental para a compreensão da dinâmica das redes. Conforme aponta Morin (2003), a cibernética traz em seu bojo princípios de auto-organização que comportam a ideia de autonomia nos ciclos de construção e reconstrução dos sistemas em rede.

A cibernética se constitui, basicamente, na capacidade de autorregulação do sistema pela realimentação, isto é, o transporte de informações presentes nas proximidades do resultado de qualquer processo ou atividade volta até sua fonte, modificando o efeito inicial em cada viagem do ciclo (CAPRA, 1997). Essa perspectiva se aplica, por exemplo, à ciência, que produz a tecnologia, que, por sua vez, possibilita o avanço da ciência. Sob uma análise mais detalhada, pode-se dizer que a produção de saberes implica relações simultaneamente cíclicas e complexas entre ciência, tecnologia, indústria, sociedade, cada uma coproduzindo a outra, com os resultados interferindo nas características dos elementos que compõem o reinício do ciclo, ou seja, “existe uma relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade, da

sociedade à ciência” e assim sucessivamente, cada termo retroagindo sobre o precedente (MORIN, 2005a, p. 107), havendo ainda laços que se estendem entre esses elementos de forma complexa e aleatória.

Esses princípios e processos também podem ser observados nas sociedades humanas. De acordo com Morin (2005a, p. 182),

uma sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos e essas interações produzem um todo organizador que retroage sobre os indivíduos para coproduzi-los enquanto indivíduos humanos, o que eles não seriam se não dispusessem da instrução, da linguagem e da cultura. Portanto, o processo social é um círculo produtivo ininterrupto no qual, de algum modo, os produtos são necessários à produção daquilo que os produz.

Assim, as sociedades humanas e os sistemas sociais usam as redes de comunicação para realimentar e perpetuar seus ciclos.

Parsons (1982) define resumidamente um sistema social como uma trama de relações interativas, de processos de ação interdependentes entre uma pluralidade de atores individuais cujas relações são mediadas e definidas por um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados. As organizações familiares, religiosas ou acadêmicas são exemplos de sistemas sociais.

Segundo Luhmann (2016), o processo de comunicação é o elemento básico de reprodução de um sistema social, garantindo o manutenção de sua estrutura independentemente dos indivíduos que o compõem. Essa característica confere aos sistemas sociais uma identidade relativamente estável, que não se desfaz com a entrada de novos indivíduos ou a saída de algum deles. Os sistemas sociais usam, portanto, a comunicação para produzirem e reproduzirem a si mesmos e o fazem através de elementos exclusivos de uma determinada rede de comunicações (CAPRA, 1997).

Os meios pelos quais as diversas redes mantêm a comunicação entre seus nós e pelos quais se intercomunicam em um contexto mais amplo são elementos de fundamental importância. Nesse sentido, nas sociedades planetárias interconectadas deste início de milênio, as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) ganham cada vez mais relevância.

As novas TDIC são parte essencial da base em que as sociedades em rede se estruturam. São, na verdade, o elemento de ligação, o meio osmótico pelo qual as intercomunicações entre os nós das redes se efetivam, de modo a mantê-las, a seu modo, ativas e coesas. De acordo com Castells (2006, p. 18),

as redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes (...) flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autônomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede.

Castells (2006) pontua, entretanto, que, embora seja uma condição necessária, a tecnologia é insuficiente para a emergência de uma forma inovadora de organização social baseada em redes, cuja estrutura depende de como se configura a interação entre o novo paradigma tecnológico e a organização social em um plano geral. Isso implica não se deixar enredar por uma concepção ingênua, uma visão edênica de um futuro de relações relativamente harmônicas em que os indivíduos e suas associações veriam suas aspirações efetivamente contempladas em processos participativos horizontais nos diversos tipos e níveis de sistemas organizacionais, suportados por uma rede tecnológica desenhada com vistas a um suposto bem-estar geral.

As novas tecnologias trazem em seu bojo, por exemplo, a potencialidade nefasta de dar ao Estado controle absoluto sobre os indivíduos e suas associações e sobre as organizações através de seus dados, armazenados em arquivos digitais sob domínio estatal (MORIN, 2005a). Outro aspecto negativo, conforme Capra (1997), é uma espécie de subordinação global à tecnologia, cujas consequências resultam na perda de diversidade e no empobrecimento das culturas regionais, principalmente pela força de penetração das culturas dos países economicamente dominantes através do ciberespaço. A tecnologização das sociedades prima pela homogeneização — dos métodos de produção, dos hábitos de consumo, das trilhas de qualificação profissional, das formas de lazer etc. —, impactando os modos de ser e de viver. Mais do que nunca, assiste-se à massificação cultural apontada por Horkheimer e Adorno (1985) — esparge-se a individualização fictícia produzida pela engrenagem econômica e social e as identidades individuais e culturais diluem-se em princípios de universalidade, de uniformização.

Enaltecidas como sinônimo de progresso, as inovações tecnológicas não têm significado um aumento do bem-estar humano. O incremento tecnológico das máquinas de guerra e os cenários de devastação criados por elas constituem-se num dos exemplos mais emblemáticos dessa análise. Mesmo na educação, a inserção impositiva e massiva de recursos digitais tem se pautado pela lógica mercantilista do velho paradigma, que entende a informação, e não as ideias, como base do pensamento (CAPRA, 1997). Nessa

perspectiva, as tecnologias digitais, em especial as alocadas na internet, acabam por servir apenas como uma fonte enciclopédica — com a desvantagem de inúmeras vezes prover uma pseudolegitimidade a equívocos, posto a maior parte da rede se tratar de um território aberto a todo tipo de vozes — ou por serem reduzidas a recursos menos enfadonhos do que materiais como livros e cadernos físicos. Todo o potencial de criação e de desenvolvimento coletivo e colaborativo de saberes em rede das novas tecnologias de informação e comunicação fica subutilizado.

Todavia, a inevitabilidade dá o tom quando se avalia a expansão das novas tecnologias e das conexões em rede na sociedade global. Assim, é preciso que se façam análises complexas com vistas a minimizar impactos destrutivos associados aos novos paradigmas tecnológicos.

Recorrendo à teoria dos sistemas, de acordo com Capra (1997), a evolução necessária implicaria uma modelagem das redes com foco na criatividade, no avanço contínuo em direção à novidade, em que cada elemento se adapta aos outros, coevoluindo. Nessa perspectiva,

administrar um sistema social — uma empresa, uma cidade ou uma economia — significa encontrar os valores ideais para as variáveis do sistema. Se tentarmos maximizar qualquer variável isolada em vez de otimizá-la, isso levará, invariavelmente, à destruição do sistema como um todo (CAPRA, 1997, p. 222).

A busca pelo equilíbrio nas relações, particularmente nas de poder, pela superação dos princípios de uniformização e pela valorização de processos criativos e de autorrealização dos indivíduos, cidadãos dessa nova sociedade planetária, e de suas associações poderia impulsionar a organização social em redes de colaboração constitutivas de um novo paradigma de bem-estar geral, cujas premissas possibilitariam a reestruturação dos diversos tipos de sistemas sociais, em todas as esferas sócio-organizacionais. Nesse sentido, para Batista *et al.* (2019, p. 128), um “cenário com atores sociais ativos, conscientes e responsáveis em um Estado descentralizado e atento às demandas da sociedade; canais e instituições de informação e educação estruturadas e dinâmicas ou (...) arenas de deliberação pública” assertivas, embora possa parecer uma ideia distante, pode representar um caminho viável para minimizar efeitos negativos do desenvolvimento científico-tecnológico.

A economia global hodierna encontra-se organizada em redes (CASTELLS, 1999). As atividades econômicas que caracterizam os diferentes países do globo retratam

bem essa sociedade planetária em rede: há os que pautam suas economias basicamente na oferta de commodities oriundas do agronegócio e do extrativismo (matérias-primas ou produtos com pequeno grau de industrialização), os que possuem o foco na indústria (manufaturados, produtos com alto valor agregado) e os que se concentram em atividades administrativas (relacionadas ao gerenciamento da economia, ao mercado financeiro e ao processamento de dados, de informação).

Castells (1999) pontua que a tecnologização intrínseca ao manutenção e evolução dessas redes impacta diretamente os mercados de trabalho locais — a automatização muda as relações de emprego e formação: verifica-se o desaparecimento do trabalhador rural e industrial, a expansão do proletariado de escritório (administração e vendas) e de prestação de serviços e a crescente participação de profissões que exigem cada vez mais qualificação, especialização. Em nível mundial,

à medida que as economias evoluem a passos rápidos para a integração e a interpenetração, o mercado de trabalho resultante refletirá intensamente a posição de cada país e região na estrutura global interdependente de produção, distribuição e administração (CASTELLS, 1999, p. 296).

De acordo com Castells (2006), o termo globalização nada mais é do que uma referência mais descritiva e menos analítica do conceito de sociedade em rede. Becker (1998) se refere à globalização como um termo que “significa os processos em virtude dos quais os Estados nacionais soberanos se entremesclam e imbricam mediante atores transnacionais e suas respectivas possibilidades de poder, orientações, identidades e entramados vários” (p. 34, tradução nossa). Conforme esse autor, a ideia de globalidade é irreversível e ultrapassa o aspecto meramente econômico, ao qual geralmente é associada; ele afirma que há uma afinidade entre as distintas lógicas das globalizações ecológica, cultural, econômica, política e social, que não podem ser reduzidas umas às outras, mas que precisam resolverem-se e autocompreenderem-se em mútua interdependência.

Segundo Castells (2006), as redes, ao mesmo tempo que se difundem mundialmente e afetam a todos por sua lógica “e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social” (p. 18), são fator de exclusão da maior parte da humanidade. Beck (1998) aponta que a tecnologização do trabalho no mundo capitalista e a exigência de maior qualificação profissional não têm melhorado os níveis salariais, pelo contrário, e cada vez mais funções, inclusive do setor de escritórios e serviços, têm

sido substituídas por processos automatizados. Frisa, assim, que, mais do que pensar em formas de redistribuição do trabalho, é preciso que se repense o equilíbrio entre ocupação e desocupação em relação às atividades laborais em um capitalismo cada vez mais lucrativo, que remunera precariamente e vem extinguindo sistematicamente o maior número possível de postos de trabalho.

A reconfiguração, apontada por Castells (1999), das identidades nacionais de cada país ou região da sociedade global em rede segundo as atividades que demarcam suas economias e o desaparecimento, a mutação radical e a precarização das atividades laborais fragilizam a construção das identidades dos sujeitos forjadas até então sob a perspectiva de sua inserção no mercado de trabalho — até há bem poucas décadas, a profissão, como a família, eram garantias que conferiam certo grau de estabilidade interna às vidas das pessoas; ambas asseguravam experiências sociais fundamentais (BECK, 2011). Porém, conforme observa Beck (2011), tanto atualmente como num futuro provável, essa imagem

sem dúvida já não vale para o que acontece em diversas esferas ocupacionais. Assim como a família, a profissão perdeu, por sua vez, suas antigas garantias e funções tutelares. Junto com a profissão, as pessoas perdem o sustentáculo interno da conduta da vida, surgido com a era industrial. Os problemas e vantagens do trabalho assalariado irradiam toda a sociedade. A sociedade industrial, inclusive fora do âmbito do trabalho, no modelo de sua vida, em suas alegrias e tristezas, em sua concepção de desempenho, em sua justificação da desigualdade, em seu direito previdenciário, em seu equilíbrio de forças, em sua política e cultura, é uma sociedade do trabalho assalariado do princípio ao fim. Se ela tem de se confrontar com uma mudança estrutural do trabalho assalariado, terá então de se confrontar com uma mudança de toda a sociedade (p. 205).

Nesse contexto, as antíteses entre trabalho formal e informal, entre emprego e desemprego desaparecem, dando lugar a um “novo sistema de formas flexíveis, plurais e precárias de subemprego” (BECK, 2011, p. 210). Os ambientes físicos de trabalho, ao mesmo tempo que se reduzem, deixando de ocupar lugares e cronologias bem definidos, se ampliam geograficamente e temporalmente nos espaços virtuais interconectados. As contradições do desenvolvimento científico-tecnológico são evidenciadas em sua compreensão simultânea como uma das causas, expediente definidor e fonte de soluções em relação aos riscos que a sociedade global em rede enfrenta (BECK, 2011).

Esse amplo cenário impacta o modo como as pessoas interpretam a realidade e se constituem no mundo, individual e coletivamente.

O sentimento de estranheza cresce com a separação das atividades e a opacidade dos processos sociais. É aqui que intervém o papel social da inteligência coletiva, que é um dos principais motores da cibercultura. De fato, o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão opõem-se à separação estanque entre as atividades, às compartimentalizações, à opacidade da organização social. Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem — o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes —, melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos, das alterações técnicas e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecnossocial (LÉVY, 1999, p. 28-29).

Segundo Lévy (2003), a inteligência coletiva é a inteligência distribuída por toda parte e coordenada em tempo real por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação, de modo a mobilizar sinergicamente competências e habilidades dos diferentes indivíduos em prol da coletividade. Nas palavras de Bembem e Santos (2013, p. 149), a inteligência coletiva “é uma forma de valorização das capacidades individuais, a qual se propõe a colocar em sinergia os indivíduos por meio da utilização das tecnologias, a fim de reuni-los para que compartilhem aquilo que de mais precioso possuem — a inteligência”.

A inteligência coletiva se constitui no âmbito da cibercultura. Lévy (1999) define a cibercultura como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (p. 17). De acordo com Lévy (1999), a cibercultura emerge das interações vivas de uma ou mais comunidades, possibilitadas pela interconexão generalizada; nela, são acentuados e encorajados a multiplicidade e o entrelaçamento radical das épocas, dos pontos de vista e das legitimidades. A cibercultura se constrói no emaranhado dos espaços reais e digitais, possibilitados pelo ciberespaço.

O ciberespaço, segundo Lévy (1999), é o lócus em que se desenrola a comunicação propiciada pela interconexão entre dispositivos computacionais e suas memórias, um meio capaz de colocar em sinergia e interfacear ferramentas de criação de informação, gravação, comunicação e simulação. O ciberespaço, de acordo com o autor, compõe-se não apenas da infraestrutura material de comunicação digital e das informações disponíveis no meio de comunicação que emerge da interconexão mundial dos computadores, mas também dos seres humanos que navegam nesse espaço e o

alimentam. O autor aponta que, neste início de milênio, o ciberespaço torna-se potencialmente o principal canal de comunicação e de suporte de memória da humanidade por meio da digitalização geral das informações.

É preciso, contudo, superar os enormes efeitos de exclusão, gerados pela intensa hibridização entre o real e o virtual ou pela migração completa de uma multiplicidade de processos para o ciberespaço, em realidades de vulnerabilidade social pungente. Segundo Bembem e Santos (2013, p. 149), somente “a organização de uma sociedade mais democrática e inclusiva, na qual as identidades dos indivíduos são construídas no saber, permitirá o encaminhamento a uma real democratização da informação”, de modo a ampliar o alcance de ações construídas no âmbito da inteligência coletiva.

A expansão do ciberespaço comporta, portanto, aspectos simultaneamente positivos e negativos e não necessariamente bem definidos como tais, com sua caracterização como um ou outro condicionada aos contextos a que se relacionam e aos paradigmas que representam. De acordo com Lévy (1999, p. 185),

o efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é de aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas. Ainda assim, uma política voluntarista da parte dos poderes públicos, de coletividades locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva.

O uso do ciberespaço de forma propositiva, em benefício da maioria, entretanto, não ocorre naturalmente, mas implica uma reforma profunda de mentalidade, dos hábitos políticos e dos modelos de organização e administração (LÉVY, 1999). Nesse mesmo sentido, Batista *et al.* (2019) questionam se é efetivamente possível a minimização dos “efeitos nocivos do crescimento exponencial da ciência e da tecnologia através de mecanismos de participação social” (p. 126), diante de uma realidade tão complexa de acontecimentos.

É nesse contexto que o conceito de *gestão social* se constitui. Cançado, Pereira e Tenório (2013) definem a gestão social como “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (p. 132), concretizada na esfera pública em bases solidárias e sustentáveis.

Segundo Barranco (2020, p. 105-106, tradução nossa),

a gestão social é uma prática dinamizadora de recursos para valorizá-los para o bem-estar da população, com a contribuição e interação entre as instituições e o Estado, de forma que permitam atuar nas redes sociais, gerindo benefícios para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais. A gestão social está amparada em políticas sociais e no desenvolvimento de projetos de interesse social, capazes de atuar na realidade por meio da participação, buscando gerar transformação e mudança social. Nesse sentido, tende à participação, entendida como ambiente favorável ao estímulo às diversas organizações sociais. Trata-se de criar condições que permitam nortear uma verdadeira ação participativa local, regional e nacional, contribuindo adicionalmente para a formulação de decisões que contribuam para o desenvolvimento social, como um esforço conjunto dos cidadãos para o incremento da democracia e do desenvolvimento social, sabendo que o seu trabalho, sem dúvida, contribuirá significativamente para o fortalecimento das organizações sociais e produtivas, sejam elas públicas, privadas ou ONG. Outro aspecto de vital importância da gestão social é a abordagem da cooperação entre as diferentes organizações e as entidades do poder local, regional e nacional, e entre estas e as organizações internacionais.

O desenvolvimento social e a qualidade de vida precisam ser colocados como a finalidade mais ampla da sociedade, uma dimensão de todas as nossas atividades. Aprimorar a gestão social implica incorporar as diversas dimensões e impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, articulando Estado, setor empresarial e sociedade civil organizada na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável (DOWBOR, 2013).

Segundo Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 44),

a gestão social (...) [pode ser considerada] como uma alternativa que se apresenta de maneira processual e imperfeita, mas que traz a corresponsabilidade da gestão diretamente para aqueles que serão impactados por ela.

As novas tecnologias, em especial as tecnologias digitais de informação e comunicação, podem ser vistas, nesse contexto, como aliadas do desenvolvimento social e um dos eixos fundamentais de transformação da gestão social (DOWBOR, 2013). O ciberespaço permite, por exemplo, a união de um número cada vez maior de pessoas, que se articulam em comunidades digitais conforme posturas, modos de vida, ideias e gostos semelhantes e possibilita que as redes atuem e interatuem como uma unidade (BARRANCO, 2020), impulsionando a participação da sociedade civil organizada em

processos diretos e indiretos de tomada de decisão sobre aspectos que afetam a sociedade em níveis local ou global.

Por sua vez, o gerenciamento social das novas tecnologias pode potencializar a oportunidade que estas oferecem de se fazer mais coisas com menor esforço, bem como organizar a redistribuição do trabalho, desmitificando-as em relação a concepções que as reduzem a uma ameaça, a um mecanismo de controle e fator de desemprego, gerador de miséria e criminalidade (DOWBOR, 2013).

Por fim, conforme aponta Alonso (s. d.), cabe também à gestão social pensar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, com ênfase na questão da ética e do significado social e político da produção e aplicação de saberes em um contexto globalizado permeado por instabilidades de todos os tipos e tecnologias cada vez mais avançadas. A autora pontua que as pesquisas na área da gestão social têm buscado superar a distinção entre pesquisa básica e aplicada, focando em propostas que visem a sustentabilidade socioambiental e a transformação social, como alternativa à hegemonia dos interesses do mercado e do capital.

Contudo, embora seja uma área de extrema importância e enorme abrangência em termos econômicos, políticos e sociais, os paradigmas, os pontos de referência organizacionais da gestão social, encontram-se, ainda, em elaboração, ou seja, a gestão social é um campo ainda em construção, em definição (DOWBOR, 2013; CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015). Dowbor (2013) indica, entretanto, que a gestão social precisa urgentemente encontrar seus espaços, posto não se tratar simplesmente de um âmbito da gestão, mas de uma dimensão humana do próprio desenvolvimento. Assim, de acordo com o autor, a gestão social pode contribuir na construção de uma transição viável, em termos políticos, sociais e econômicos, para um potencial admirável mundo novo que se delineia no horizonte.

Considerações finais

A reflexão apresentada neste texto procurou explorar a visão de diversos autores sobre a tensão entre padrões de pensamento pautados na racionalidade tecnocientífica, cuja hegemonia perdurou por séculos, e paradigmas gestados fundamentalmente no século XX, que encontraram nas novas configurações das sociedades em rede da era digital terreno fértil para se desenvolverem e ocuparem uma posição sólida entre as

contracorrentes que buscam transformar o *status quo*, os modos de ser e de viver, de produzir e consumir, das relações sociais e ambientais.

Esses paradigmas, no plural, pois têm muitas facetas, inserem-se numa perspectiva maior, que os une, a do pensamento complexo. Sem falsas ilusões, a transição de um paradigma reducionista, simplificador, para um sistêmico, de complexidade, pode significar a superação de muitos dos problemas causados por visões obtusas da realidade, simultaneamente à ascensão de outros tantos gerados por entendimentos equivocados da nova abordagem paradigmática. Entre essas novas questões, podemos citar os efeitos da tecnologia geral e a dinâmica da organização global em redes interconectadas, que têm gerado, por exemplo, o acirramento das disputas acerca da preservação das raízes culturais causadas pela homogeneização dos costumes, a potencialização dos mecanismos de controle estatal sobre a vida privada, a perda das identidades em um espaço cibercultural cada vez mais fluido, a ênfase na padronização dos hábitos de consumo com vistas à conservação da concentração do capital nas mãos das classes dominantes, o desaparecimento de postos de trabalho e sua precarização e a exacerbação da exclusão de comunidades economicamente desfavorecidas.

Nesse contexto, vê-se na reconstrução dos modelos de gestão uma via de minimização dos impactos negativos das novas formas de organização social em níveis local e global. A gestão social coloca-se, assim, como um paradigma de gestão capaz de articular desenvolvimento econômico e social, no sentido da construção de sociedades sustentáveis, ambientalmente saudáveis e menos excludentes.

Ainda em construção, o modelo de gestão social precisa definir solidamente seus fundamentos e mecanismos de ação, antes de inserir-se efetivamente nos flancos da nova ordem social, como condição para que se torne, de fato, um instrumento de transformação positiva em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Se Weber já afirmava que o processo civilizatório é irreversível (BARRIO, 2005), este início de milênio atesta, além da veracidade dessa máxima, que seus processos avançam de forma cada vez mais rápida e complexa e seus múltiplos desdobramentos podem ir desde os refinamentos das tecnologias de ponta em contínuo desenvolvimento, capazes de facilitar e melhorar a vida de tantos quantos a elas tiverem acesso, até à completa barbárie, como a possibilidade de destruição das condições de sobrevivência das espécies em escala planetária.

Porém, se gerenciadas sob uma perspectiva complexa, crítica e sistêmica, as novas tecnologias, ao invés de serem vistas como uma ameaça, mecanismo de controle ou fator

de desemprego, podem ser um dos eixos fundamentais da transformação da gestão social, ao mesmo tempo em que o gerenciamento social dessas novas tecnologias, além de permitir fazer mais com menos esforço ou risco, pode colaborar na reorganização da distribuição do trabalho. Assim, a gestão social poderia contribuir na transição entre velhos e novos paradigmas e na emergência de modelos que possibilitem a construção de um mundo em que as interconexões digitais e os valores forjados no âmbito da cibercultura possam viabilizar a sustentabilidade econômica, a justiça social e o equilíbrio ambiental.

Cabe àqueles alocados nas diferentes esferas de poder do mundo hodierno fazerem escolhas que favoreçam o bem comum, tanto para seus contemporâneos sem poder decisório quanto às gerações vindouras, para que a história que estamos construindo agora possa testemunhar em nosso favor nos espaços reais e virtuais das sociedades sustentáveis de um futuro não muito distante.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALONSO, L. B. N. Gestão social. *Observatório Ipea de Gestão do Conhecimento*, s.d. Disponível em: <https://is.gd/K3R3bo>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BARRANCO, J. A. La gerencia social y su aporte al desarrollo social. *Consensus*, v. 4, n. 2, p. 102-123, 2 maio 2020. Disponível em: <https://is.gd/zejp4b>. Acesso em: 21 maio 2021.

BARRIO, A.-B. E. *Manual de antropologia cultural*. Recife: Editora Massangana, 2005.

BATISTA, Z. N. *et al.* Participação pública em processos decisórios sobre políticas de ciência e tecnologia: possibilidade de intervenção eficaz contra o risco tecnocientífico. *R. Tecnol. Soc.*, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 112-133, abr.-jun. 2019. Disponível em: <https://is.gd/wh2B6Y>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, U. *Que és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEMBEM, A. H. C.; COSTA, P. L. V. A. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, p.139-151, out.-dez. 2013. Disponível em: <https://is.gd/TqzmrC>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Possibilidades da Gestão Social como campo do conhecimento científico: considerações sobre os critérios de demarcação. *NAU Social*, v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <https://is.gd/xq9tbe>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006. (p. 17-30)

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. In: KON, A. *et al.* (Org.). *Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2000, p. 1-18 (Artigo revisto e atualizado em 8 abr. 2013). Disponível em: <https://is.gd/AKHVHP>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUHMANN, N. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

MORIN, E.; CIURANA, E.-R.; MOTTA, R. D. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

PARSONS, T. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.